

TERMO DE REFERÊNCIA - EDIFICAÇÕES

Contratação de Serviços de Engenharia

PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE PARAÍSO DO NORTE/PR

PROTOCOLO: 22.053.383-2

ÓRGÃO: Secretaria do Estado de Saúde - SESA

OBJETO: Execução do sistema de climatização, grupo motor gerador, cabeamento estruturado, sistema de chamada de enfermagem, centrais de gases medicinais e equipamentos da Unidade de Pronto Atendimento Municipal do município de Paraíso do Norte/PR.

LOCAL: Paraíso do Norte - PR

DATA: setembro/2024

SUMÁRIO

1. OBJETO	4
1.1. DETALHAMENTO DO OBJETO	4
1.2. MODALIDADE LICITATÓRIA	4
1.3. NATUREZA DO OBJETO	4
1.4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	5
1.5. REGIME DE EXECUÇÃO	5
1.6. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA.....	5
1.7. LOCALIZAÇÃO.....	5
A SER PREENCHIDO PELA PREFEITURA	5
2. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE	5
2.1. APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA AUTORIDADE COMPETENTE	6
2.2. CORPO TÉCNICO CONTRATANTE	6
3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	6
3.1. LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS.....	6
4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E VOLUME DA SOLUÇÃO DEMANDADA	7
5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	8
5.1. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO.....	8
5.2. SUBCONTRATAÇÃO	8
5.3. VISTORIA/ VISITA TÉCNICA	8
6. JUSTIFICATIVA.....	9
6.1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	9
7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	9
8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.....	9
8.1. AGENTES PÚBLICOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO E ÁREA GESTORA DO CONTRATO	9
8.2. COMUNICAÇÃO E TROCA DE INFORMAÇÕES ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADO.....	10
8.3. FORMA DE PAGAMENTO DO OBJETO CONTRATADO	10
8.4. SANÇÕES, GLOSAS E EXTINÇÃO DO CONTRATO	10
8.5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA	10
8.6. DAS GARANTIAS	11
9. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO.....	14

9.1. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DO OBJETO.....	14
9.2. MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS.....	14
9.3. FORMA DE PAGAMENTO	15
10. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.....	18
10.1. COMPOSIÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA	18
10.2. AVALIAÇÃO DA TÉCNICA DO PROFISSIONAL DA EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA	18
10.3. AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DA EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA	20
11. ORÇAMENTO ESTIMADO, PREÇO DE REFERÊNCIA E REMUNERAÇÃO	20
11.1. ORÇAMENTO ESTIMADO DA LICITAÇÃO E PREÇO DE REFERÊNCIA	20
11.2. VALOR MÁXIMO DA REMUNERAÇÃO.....	20
12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	21
13. ANÁLISE DE RISCOS	21
14. ANEXOS.....	22

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem como objetivo instruir a **contratação de empresas especializadas para o fornecimento e instalação do sistema de climatização, grupo motor gerador, cabeamento estruturado, sistema de chamada de enfermagem e centrais de gases medicinais do Pronto Atendimento Municipal do município de Paraíso do Norte**, conforme exigências estabelecidas neste Termo de Referência e condições, quantidades, especificações determinadas pelos projetos executivos, planilha orçamentária e especificações técnicas constantes em ANEXO a este Termo.

A contratação é fundamentada na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021 e regulamentação pelo Decreto Estadual nº 10.086 de 17 de janeiro de 2022.

1.1. DETALHAMENTO DO OBJETO

Os serviços de engenharia a serem realizados pela contratada compreendem o fornecimento, instalação e comissionamento dos itens listados abaixo, incluindo eventuais adequações para aprovações junto aos órgãos competentes:

- Sistema de climatização;
- Grupo motor gerador diesel;
- Cabeamento estruturado;
- Sistema de chamada de enfermagem;
- Centrais de gases medicinais;
- Itens hospitalares diversos.

Os serviços e itens adquiridos deverão ser executados ou fornecidos conforme detalhamento presentes nos elementos instrutores, especificações técnicas e outros documentos presentes nos anexos deste Termo de Referência.

1.2. MODALIDADE LICITATÓRIA

Tipo **Pregão**.

1.3. NATUREZA DO OBJETO

O objeto a ser licitado é considerado como **Serviço de Engenharia e aquisição de equipamentos**, conforme a Resolução Nº 25/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná,

que dispõe sobre os conceitos de obra e de serviço de engenharia e dá outras providências tendo como anexo I a Orientação Técnica do IBRAOP OT – IBR 002/2009.

O objeto a ser licitado é enquadrado como **Serviço Comum de Engenharia e aquisição de equipamentos**, de acordo com os preceitos do art. 6º, inciso XX, alínea “a”, da Lei Federal nº14.133/2021, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelos elementos técnicos instrutores do presente objeto, com preservação das características originais do bem imóvel.

1.4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Será adotado como critério de julgamento o de menor preço (ou maior desconto) **por lote**.

1.5. REGIME DE EXECUÇÃO

Será adotado como regime de execução o de **empreitada por preço global**, ou seja, contratação da execução dos serviços por preço certo e total.

1.6. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O prazo de execução será de 120 (cento e vinte) dias. O prazo de vigência do contrato se iniciará com a assinatura deste e se estenderá 240 (duzentos e quarenta) dias contados a partir do término do prazo de execução. Sendo prorrogável perante justificativa, conforme disposto na Lei Federal nº 14133, de 01º de abril de 2021, Título III Capítulo VII (Art. 124 a Art 136) regulamentada pelo Decreto 10.086 de 17 de janeiro de 2022.

1.7. LOCALIZAÇÃO

Rua Otávio Bortolassi, nº321, Residencial Morada do Sol, Paraíso do Norte, Paraná.

2. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE

Este Termo de Referência foi elaborado pela prefeitura do **Município de Paraíso do Norte** com base na Minuta Modelo de Termo de Referência elaborado pela Diretoria de Edificações da Secretaria das Cidades (SECID), para servir como documento base, visando estabelecer a sistemática a ser empregada na contratação para execução dos serviços, em atendimento à legislação vigente.

2.1. APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA AUTORIDADE COMPETENTE

(Assinatura eletrônica)

Nome: Carlos Alberto Vizzotto

Cargo: Prefeito Municipal

Fone: (44)3431-8000

2.2. CORPO TÉCNICO CONTRATANTE

(Assinatura eletrônica)

Nome: Lucas Fernando de Oliveira Barcelos Bica

CREA: 188.298-D

Cargo: Chefe da Divisão de Obras e Saneamento

Telefone: (44)3431-8000

E-mail: engenharia@paraisodonorte.pr.gov.br

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Os equipamentos solicitados neste termo de referencia serão instalados na Unidade de pronto Atendimento Municipal que está em construção. Serão necessárias Unidades de tratamento de ar (UTA) que é um equipamento que condiciona e circula o ar, que possui como objetivo essencial à garantia da qualidade do ar e em particular, reduzir os riscos biológicos e químicos no ar do ambiente a níveis compatíveis com as atividades desenvolvidas no Pronto Atendimento Municipal PAM. Levando em consideração o ambiente e suas necessidades, além das preconizações da NBR-7256/2022: Tratamento de ar em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS) Requisitos para projeto e execução das instalações, não é aceitável a utilização de ar condicionado comum do tipo Split, justificando-se assim a necessidade da utilização de Unidades de tratamento de AR (UTA). Serão necessários também, grupo motor gerador que é essencial para manter o funcionamento de equipamentos específicos em caso de ausência de energia elétrica fornecida pela distribuidora, cabeamento estruturado que tem função de fornecer instalações de rede lógica, mantendo o funcionamento de internet e telefonia, além de câmeras digitais visando manter a segurança do local. Será necessário também instalação de sistema de chamada de enfermagem.

3.1. LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS

- I. Contratação nos termos da Lei Federal nº 14133, de 01º de abril de 2021, regulamentada pelo Decreto 10.086 de 17 de janeiro de 2022.
- II. A CONTRATADA será responsável pela observância de códigos, leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do Contrato, inclusive por suas subcontratadas, independente da citação, especialmente:
 - Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA / CONFEA e do CAU;
 - Código de Obras, Lei de Uso e Ocupação do Solo do município e Plano Diretor Urbano, no que couber ao objeto;
 - Normas das com concessionárias locais de serviços, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, entre outros, no que couber ao objeto;
 - Normas brasileiras elaboradas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), regulamentadas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia), no que couber ao objeto;
 - Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;
 - Normas internacionais específicas consagradas, se necessário, no que couber ao objeto.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E VOLUME DA SOLUÇÃO DEMANDADA

Os serviços deverão ser executados conforme elementos técnicos instrutores, desenvolvidos pela CONTRATANTE:

- Estudo Técnico Preliminar;
- Termo de Referência.

E elementos instrutores desenvolvidos pela MEP – ARQUITETURA E PLANEJAMENTO LTDA, contratado pela Secretaria do Estado de Saúde (SESA):

- Projeto de Climatização Projeto de Instalações Elétricas e Projeto de Climatização e Projeto de Gases Medicinais;
- Memoriais Descritivos e Memoriais de Cálculo;
- Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

Não há possibilidade de participação de consórcios, pois do ponto de vista técnico entende-se que o gerenciamento de execução dos objetos desta contratação, quando a cargo de uma única empresa, resulta em maior controle e concentração de responsabilidades, garantindo melhores resultados.

5.2. SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA **poderá subcontratar** parte dos serviços que constituam o escopo principal do objeto, conforme preconiza art. 60º e art. 167º do Decreto Estadual nº10.086 de 17 de janeiro de 2022.

O licitante deverá apresentar a documentação das subcontratações para consulta e aprovação prévia da SECRETARIA DAS CIDADES, com **especial atenção a documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado**, relativamente à parte subcontratada do objeto conforme preconiza art. 60º e art.167 do Decreto Estadual nº10.086 de 17 de janeiro de 2022.

5.3. VISTORIA/ VISITA TÉCNICA

A visita técnica visa fazer um **reconhecimento no local da obra antes da apresentação das propostas**, a fim de tomar conhecimento da situação atual das instalações, da extensão dos serviços a serem executados, das dificuldades que poderão surgir no decorrer da obra, bem como cientificarem-se de todos os detalhes construtivos necessários à sua perfeita execução. Os aspectos que as LICITANTES julgarem duvidosos, dando margem à dupla interpretação, ou omissos neste Termo de Referência e nos Elementos Instrutores, deverão ser apresentados à FISCALIZAÇÃO e elucidados antes da Licitação, a fim de evitar transtornos futuros.

A visita técnica deverá ser acompanhada por profissional indicado pela CONTRATANTE que certificará a visita, expedindo o necessário **Termo de Ciência das Condições Locais**. Esse atestado será juntado a Documentação de Habilitação, conforme disposto em edital.

A visita deverá ser agendada com antecedência e deverá ocorrer nos dias e horários predefinidos no Edital. A licitante não poderá alegar a posterior, desconhecimento de qualquer fato.

Caso a LICITANTE não queira participar da visita, deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes a natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira, conforme preconiza o 3º do Art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6. JUSTIFICATIVA

6.1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A descrição da necessidade de contratação está relatada no ETP – Estudo Técnico de Viabilidade no item 1.1, conforme Art. 15, I, Dec.10.086/22 - Motivação do Ato.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

As definições das obrigações do CONTRATANTE e do CONTRATADO devem seguir aquelas elencadas na Seção V Capítulo III (Art. 346 a Art. 350) do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e Lei Federal 14.133 em seu Título III capítulo VI (Art. 115 a Art. 123).

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. AGENTES PÚBLICOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO E ÁREA GESTORA DO CONTRATO

O acompanhamento e fiscalização do objeto será feito pela CONTRATADA. O fiscal do contrato será um servidor efetivo, cargo Engenheiro(a) Civil ou Arquiteto(a). O gestor do contrato será preferencialmente, servidor ou empregado público efetivo pertencente ao quadro

permanente. Os agentes públicos serão designados pela CONTRATADA, por delegação da autoridade máxima competente.

8.2. COMUNICAÇÃO E TROCA DE INFORMAÇÕES ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADO

O protocolo que originará a contratação e consta o presente Termo de Referência e demais elementos técnicos instrutores da licitação é o **22.053.383-2** e o mesmo embarcará todos os atos, desde a formalização do contrato, alterações que possam se fazer necessárias até o recebimento definitivo do objeto.

Toda a comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito. Todos os assuntos discutidos e decisões tomadas em reuniões da CONTRATANTE com o CONTRATADO, serão registradas em atas, que servirão de documento legal dos serviços e permitirão gerenciar as responsabilidades por tarefas específicas. As atas serão lavradas e assinadas pelos participantes.

8.3. FORMA DE PAGAMENTO DO OBJETO CONTRATADO

Para serviços contratados em regime de preço global, o pagamento ocorrerá sobre medições conforme cronograma físico-financeiro, vide item 9 do presente Termo.

8.4. SANÇÕES, GLOSAS E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Durante a execução do objeto, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

Para o eventual descumprimento contratual e/ou porventura, de conduta ilícita, a fim de se identificar os pressupostos caracterizadores da infração e a precisa extensão da penalidade cabível, são incluídas ao Contrato as Sanções do Edital.

8.5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA

O cronograma físico-financeiro do presente objeto, contendo os serviços e seus respectivos desembolsos financeiros por etapa, faz parte dos elementos técnicos instrutores da contratação, constante no campo ANEXO do presente termo.

8.6. DAS GARANTIAS

- I. Devem ser prestadas pela empresa, para assinatura do contrato, duas espécies de garantias: uma garantia ao contrato (caução, seguro-garantia ou fiança bancária) e uma garantia à obra (seguro de risco de engenharia).
- II. A garantia ao contrato será prestada conforme as disposições a seguir.
 - a. Será exigida a prestação de garantia pela CONTRATADA, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da notificação formalizada pela Administração, tratando-se de condição indispensável para assinatura do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
 - b. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades (art. 96, §1º da Lei Federal 14.133/2021):
 - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
 - Seguro-garantia;
 - Fiança bancária; ou
 - Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total
- III. Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tais como a responsabilidade por multas e obrigações trabalhistas, previdenciárias ou sociais.
- IV. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei, nos termos do §5º do art. 59 da Lei Federal 14.133/2021;
- V. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado no Banco do Brasil, mediante depósito identificado, em agência definida pela administração, de forma escrita.
- VI. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

- VII. Se prestada a garantia na forma de seguro-garantia, deve haver entrega da apólice, inclusive digital, emitida por empresa em funcionamento no Brasil, legalmente autorizada, sendo a CONTRATANTE como único beneficiário do seguro.
- VIII. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.
- IX. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- X. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- XI. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela CONTRATANTE, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da CONTRATADA, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.
- XII. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da CONTRATADA, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à CONTRATANTE.
- XIII. Correndo a rescisão unilateral ou injustificada do Contrato, a CONTRATANTE poderá executar a garantia prestada pela CONTRATADA.
- XIV. Quanto ao SEGURO DE RISCO DE ENGENHARIA deve ser observado o seguinte:
- a. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato e antes da emissão da Ordem de Serviço, a apólice de Seguro de Risco de Engenharia com cobertura de Responsabilidade Civil Geral e Cruzada, tendo a CONTRATANTE como BENEFICIÁRIO, com valor (importância segurada) e prazo de vigência não inferior ao do Contrato, sob pena de aplicação das sanções previstas no instrumento de contrato.
- XV. Estarão abrangidos no Seguro de Risco de Engenharia:
- a. Coberturas:
- Cobertura Básica;
 - Seguros para obras civis em construção (OCC);

- Riscos inerentes à construção ou erro de execução ou de projeto e sabotagens;
- Riscos da natureza (danos causados por vendaval, queda de granizo, queda de raio e alagamento, entre outros).
- Despesas extraordinárias, que compreende despesas de mão de obra para serviços noturnos e/ou realizados em feriados e finais de semana para consertos ou fretamento de meios de transporte;
- Tumultos, que compreende despesas com danos causados por tumulto, greve ou greve patronal (lockout);
- Desentulho do local, que compreende despesas com a retirada de entulho do local;
- Obras concluídas, que compreende danos materiais causados a partes da obra quando finalizadas;
- Obras temporárias, que compreende danos materiais causados exclusivamente a barracões e andaimes existentes no local da construção.
- Despesas de salvamento e contenção de sinistros, que compreende despesas com providências de emergência para conter as consequências de prejuízo decorrente de acidentes;
- Risco de fabricante, que compreende danos causados à obra, mais prejuízos ocorridos durante reposição, reparo ou retificação;
- Propriedade circunvizinha, que compreende danos materiais a outros bens de propriedade do segurado ou bens de terceiros sob a sua guarda, custódia ou controle, existentes no canteiro de obras, desde que comprovadamente decorrentes dos trabalhos de execução ou testes;

XVI. Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações: número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato; objeto a ser contratado; localidade do risco, especificando o local onde será executado o objeto licitado; nome e número do CNPJ do emitente (seguradora); nome e número do CNPJ da CONTRATADA (contratante da apólice).

- XVII. A apólice supracitada deverá ser entregue acompanhada da cópia do comprovante de pagamento do prêmio tarifário total ou parcelado. Neste caso, o comprovante de pagamento de cada parcela, tão logo seja efetuado, deverá ser remetido a CONTRATANTE, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento.
- XVIII. Acrescido o valor inicial do Contrato e/ou prorrogado o seu prazo, a CONTRATADA apresentará as garantias complementares, no mesmo percentual e/ou prazo, no ato da assinatura do correspondente Termo.
- XIX. A liberação das garantias estará condicionada à emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO dos Serviços, mediante requerimento da CONTRATADA e, desde que, cumpridas todas as obrigações contratuais.

9. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

A presente licitação tem por objeto O fornecimento e instalação dos equipamentos, tipo menor preço por lote. As medições serão realizadas a cada 30 dias conforme o cronograma em anexo. O pagamento será feito após a execução dos serviços de acordo com a evolução das instalações (conforme cronograma), à empresa contratada com prazo de 30 dias após a emissão e entrega da nota fiscal, desde os serviços tenham sido executados, atestados e aprovados pela fiscalização do CONTRATANTE.

9.1. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

Para o recebimento provisório dos serviços contratados, a CONTRATADA deverá solicitar ao Fiscal do Contrato vistoria e posterior liberação, ficando o recebimento definitivo a cargo do Fiscal designado juntamente com a CONTRATANTE.

- a) **Provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo de aceitação provisório assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado.
- b) **Definitivamente**, até 30 (trinta) dias, contados do termo de aceitação provisório, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, após a verificação da conformidade com as especificações constantes neste documento e demais elementos técnicos instrutores fornecidos em anexo.

9.2. MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS

As medições serão conforme o cronograma físico-financeiro apresentado pelo licitante e aprovado pela CONTRATANTE antes da assinatura do contrato.

As medições serão feitas mensalmente, sempre que as etapas de serviços forem concluídas. Os percentuais máximos admitidos para remuneração de cada parcela de serviço serão aqueles estabelecidos pelo cronograma físico-financeiro e não poderão ser modificados pela Contratada.

9.3. FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços executados, enquadrados em regime de execução de empreitada por preço global, o valor global da proposta, ressalvadas as alterações acostadas na Lei Federal nº 14133, de 01º de abril de 2021, Título III Capítulo VII (Art. 124 a Art. 136) regulamentada pelo Decreto 10.086 de 17 de janeiro de 2022.

Fica expressamente estabelecido que os preços estabelecidos incluem todos os insumos e transportes, bem como impostos, taxas, custos financeiros, lucros e bonificações e despesas necessários à perfeita execução do seu objeto (§3º art. 478 Decreto Estadual nº10.086/2022).

- I. Os pagamentos serão efetuados por meio de medições, que:
 - a. Corresponderão aos percentuais de desembolso estabelecidos no cronograma físico-financeiro elaborado pela CONTRATADA e aprovado pela CONTRATANTE, mediante apresentação à fiscalização do contrato, dos documentos hábeis de cobrança, para serviços em regime de empreitada por preço global;
 - b. Corresponderão a quantidades de serviço, rigorosamente medidas em campo pela fiscalização do contrato, atribuída a CONTRATANTE, em unidades pré-determinadas, para serviços enquadrados em regime de empreitada por preço unitário;
- II. A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela CONTRADADA de acordo com os seguintes procedimentos:
 - a. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória

- de cálculo detalhada;
- b. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade e aprovados pela fiscalização do contrato;
 - c. Juntamente com a primeira medição de serviços, a CONTRATADA deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social, as ART's dos engenheiros responsáveis e da execução da obra, bem como toda a documentação legalmente necessária ao início das Obras;
 - d. A CONTRATADA também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso;
 - e. A CONTRATADA deverá, a cada medição, apresentar os Boletins de Medição dos Serviços por correspondência eletrônica para análise do fiscal da CONTRATANTE. Os boletins de medição deverão vir acompanhados de "RELATÓRIO FOTOGRÁFICO COLORIDO", em papel timbrado da CONTRATADA, enumeradas, informando a etapa correspondente e citando os serviços em cada uma das fotos, na quantidade suficiente que reflitam os itens medidos;
 - f. Após apresentação da medição, a CONTRATANTE poderá aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela CONTRATADA, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados, inclusive quanto à obrigação de utilização de produtos e subprodutos florestais de comprovada procedência legal;
 - g. A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados;
 - h. Após a aprovação da medição pelo fiscal da CONTRATANTE, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.
- III. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo fiscal da obra, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, acompanhada dos demais documentos exigidos neste Edital.

- a. O “atesto” da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA com os serviços efetivamente executados, bem como às seguintes comprovações, que deverão obrigatoriamente acompanhá-la:
 - Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;
 - Da regularidade fiscal, constatada através de consulta “on-line” ao SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais;
 - Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.
- IV. Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- V. Antes do pagamento, a CONTRATANTE realizará consulta on line ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.
- VI. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1991.
 - a. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº. 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.
 - b. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº. 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em

relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

- VII. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
- VIII. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- IX. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- X. O Critério de Reajustamento de Preços é definido em contrato, garantindo à CONTRATADA a atualidade dos preços praticados, evitando defasagens que possam ocasionar o rompimento da equação originalmente estabelecida.

10. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. COMPOSIÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA

A equipe técnica para execução da obra deverá ser composta pelos seguintes profissionais:

- I. 01 (um) Profissional Engenheiro Eletricista, com comprovação de acervo técnico ou experiência em acompanhamento e/ou execução de obra ou serviço de engenharia similar ao objeto contratado;
- II. 01 (um) Profissional Engenheiro Mecânico ou Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado, com comprovação de acervo técnico ou experiência em acompanhamento e/ou execução de obra ou serviço de engenharia similar ao objeto contratado.

10.2. AVALIAÇÃO DA TÉCNICA DO PROFISSIONAL DA EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA

Os respectivos membros da equipe técnica responsáveis pela obra devem apresentar Atestado de Capacidade Técnica (ATP), emitido por pessoa jurídica, e Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedido pelo CREA e/ou CAU no caso dos da área de Engenharia, Arquitetura

e Agronomia, comprovando atuação em Execução de Obras e Serviços Similares ao Objeto da Licitação em suas especialidades. O acervo técnico especificado em cada serviço deverá ser do profissional titular que prestará o serviço e não da empresa proponente.

As exigências de qualificação técnica foram baseadas na comprovação da execução de serviços semelhantes ao objeto a ser licitado. Como referência de foi exigida a comprovação da elaboração de serviços de instalação e comissionamento de grupo motor gerador com pelo menos 180 kVA (50 % da potência do objeto – 90,00 kVA), execução de cabeamento estruturado contendo pelo menos 66 pontos de lógica e/ou telefonia e/ou CFTV (50 % dos pontos do objeto – 33 pontos), instalação de sistema de climatização do tipo HVAC de pelo menos 85.300 BTUs/h (50 % da potência de refrigeração do objeto – 42.650 BTUs/h) e instalação de sistema de gases medicinais de pelo menos 12 m³ (50 % da capacidade dos sistemas do objeto – 6 m³). As expertises exigidas não são restritivas, pois existem diversas empresas, sediadas no Paraná e no Brasil, com o acervo exigido que possam participar do certame licitatório.

As exigências solicitadas com relação aos acervos para os membros da equipe técnica são adequadas, necessárias, suficientes e pertinentes para avaliação dos profissionais quanto à especificidade do objeto, sendo imprescindível para o sucesso do futuro empreendimento.

- I. Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA e respectivo Atestado de Capacidade Técnica fornecido por Pessoa Jurídica comprovando que acompanhou e/ou executou os serviços previstos nos elementos técnicos de instalação e comissionamento de grupo motor gerador diesel de pelo menos 90,50 kVA. Não sendo admitida a soma de CATs.
- II. Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA e respectivo Atestado de Capacidade Técnica fornecido por Pessoa Jurídica comprovando que acompanhou e/ou executou os serviços previstos nos elementos técnicos de execução de cabeamento estruturado contendo pelo menos 33 pontos de lógica e/ou telefonia e/ou CFTV. Não sendo admitida a soma de CATs.

- III. Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA e respectivo Atestado de Capacidade Técnica fornecida por Pessoa Jurídica comprovando que acompanhou e/ou executou os serviços previstos nos elementos técnicos de instalação de sistema de climatização do tipo HVAC de pelo menos 42650 BTUs/h. Não sendo admitida a soma de CATs.
- IV. Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA e respectivo Atestado de Capacidade Técnica fornecido por Pessoa Jurídica comprovando que acompanhou e/ou executou os serviços previstos nos elementos técnicos de instalação de sistema de gases medicinais de pelo menos 6 m³. Não sendo admitida a soma de CATs.

10.3. AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DA EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA

- I. Empresa de Engenharia ou Arquitetura com comprovação, em atestado único, da execução de instalação e comissionamento de grupo motor gerador diesel de pelo menos 90,00 kVA;
- II. Empresa de Engenharia ou Arquitetura com comprovação, em atestado único, da execução de cabeamento estruturado contendo pelo menos 33 pontos de lógica e/ou telefonia e/ou CFTV;
- III. Empresa de Engenharia ou Arquitetura com comprovação, em atestado único, da instalação de sistema de climatização do tipo HVAC de pelo menos 42650BTUs/h;
- IV. Empresa de Engenharia ou Arquitetura com comprovação, em atestado único, da instalação de sistema de gases medicinais de pelo menos 6 m³.

Em se tratando de empresa não registrada no CREA e/ou no CAU do Estado do Paraná, deverá apresentar o registro do CREA e/ou do CAU do Estado de origem, ficando a vencedora obrigada a apresentar o visto do CREA e/ou do CAU do Paraná antes da assinatura do Contrato.

11. ORÇAMENTO ESTIMADO, PREÇO DE REFERÊNCIA E REMUNERAÇÃO

11.1. ORÇAMENTO ESTIMADO DA LICITAÇÃO E PREÇO DE REFERÊNCIA

A estimativa de custo da presente licitação fundamenta-se no valor médio obtido de três cotações dos equipamentos e sua instalação.

11.2. VALOR MÁXIMO DA REMUNERAÇÃO

Preço total estimado: R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais), sendo este o **Valor Máximo** para contratação dos serviços.

Este valor é composto por:

- **Lote 01** - Valor estimado referente ao fornecimento e instalação do sistema de climatização, que é de R\$ 994.176,68 (Novecentos e noventa e quatro mil, cento e setenta e seis reais e sessenta e oito centavos.);
- **Lote 02** - Valor estimado referente ao fornecimento e instalação das centrais de gases medicinais, que é de R\$ 175.726,25 (Cento e setenta e cinco mil, setecentos e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos);
- **Lote 03** - Valor estimado referente ao fornecimento e instalação do grupo motor gerador, que é de R\$ 318.500,00 (Trezentos e dezoito mil e quinhentos reais.);
- **Lote 04** - Valor estimado referente ao fornecimento e instalação do cabeamento estruturado, que é de R\$ 69.447,47 (Sessenta e nove mil quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e sete centavos);
- **Lote 05** - Valor estimado referente ao fornecimento e instalação do sistema de chamada de enfermagem, que é de R\$ 12.917,33 (Doze mil novecentos e dezesseis reais e trinta e três centavos);
- **Lote 06** - Valor estimado referente ao fornecimento de itens hospitalares diversos, que é de R\$ 429.232,27 (Quatrocentos e vinte e nove mil duzentos e trinta e dois reais e vinte e sete centavos.);

Adotado orçamento previamente estimado **aberto/público**, prerrogativa legal para a utilização do critério de julgamento por maior desconto, ainda considerando as singularidades Dos serviços.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

06.001.10.0302.11.2.037.4.4.90.52.00.00 – Fonte 51822

13. ANÁLISE DE RISCOS

O **Mapa de Riscos** do processo de contratação e a **Matriz de Risco** do contrato encontram-se no ETP – Estudo Técnico Preliminar anexo ao presente Termo de Referência.

Ambos foram desenvolvidos considerando o valor da contratação e/ou complexidade dos serviços, com o objetivo de *avaliar as incertezas e prover opções de resposta que representem as melhores decisões relacionadas com a excelência das licitações e das execuções contratuais.* (conforme § 4º do art. 186º Decreto Estadual 10.086/2022.)

O objetivo é pré-estabelecer a responsabilidade e o poder de arcar com custos e obrigações decorrentes de eventualidades, de forma a evitar a litigância administrativa normalmente havida após a ocorrência de fatos imprevisíveis ou da natureza.

A CONTRATADA deve declarar ter pleno conhecimento na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato e ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

14. ANEXOS

Anexos a este Termo de Referência, e para compor o processo de contratação da empresa executora, seguem os seguintes documentos:

- Planilha orçamentaria;
- Projeto de climatização